

EDITORIAL

Com o presente número, a Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais completa o volume 21, correspondente ao ano de 2019. Encerra-se também um ciclo de 20 anos, desde o período em que ela começou a circular como periódico oficial da ANPUR. Conquistas sucessivas asseguraram o lugar central que a RBEUR vem ocupando como um dos principais veículos de difusão da produção científica na área de estudos urbanos e regionais do país, atraindo colaboradores e leitores das mais diversas partes e instituições do país e do exterior. No último ENANPUR, realizado em maio passado, em Natal, uma sessão especial foi organizada para debater, com atuais e antigos editores e conselheiros, a implementação, a partir do próximo volume, de um novo formato para o periódico, mais sintonizado com o perfil dos periódicos científicos emergentes nos últimos anos e mais ágil em termos de fluxos de avaliação e publicação das contribuições aprovadas. A partir de 2020, a Revista passará a assumir plenamente as vantagens de uma publicação digital, abandonando, de um lado, sua custosa versão impressa – há tempos restrita a um reduzido número de exemplares – e intensificando, de outro, o dinamismo, a acessibilidade e o impacto de um periódico on-line, em constante atualização, graças à publicação continuada dos artigos aprovados conforme a finalização de seus respectivos processos de avaliação e edição.

Este número reúne oito artigos inéditos. Em um primeiro conjunto de contribuições, é possível reconhecer alguns temas emergentes no âmbito dos estudos urbanos e regionais, como novas formas de abordagem do espaço público nas cidades, a disseminação de práticas colaborativas de planejamento, apoiadas em meios digitais, e/ou de formas de interação social atravessadas por recortes até então pouco trabalhados na área, como os de gênero e sexualidade.

O artigo de João Bosco Moura Tonucci Filho e Mariana de Moura Cruz, “O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum?”, detém-se em um conceito que vem sendo frequentemente invocado na gramática e no imaginário políticos contemporâneos, e mesmo em práticas políticas recentes, seja por parte de movimentos sociais e poderes públicos, seja por distintos campos de pesquisa, para aludir ao reconhecimento de direitos coletivos ao uso e à gestão de recursos, bens e espaços urbanos. Passando em revista uma literatura recente acerca da ideia do “comum urbano”, proveniente de distintos campos teóricos, da filosofia à geografia, das ciências sociais à ecologia, do urbanismo ao direito, os autores refletem sobre o aparecimento, no âmbito das lutas, reivindicações e práticas cidadãs, de formas de insurgência e de resistência às lógicas do mercado, da mercadoria e da propriedade, bem como da tutela estatal. Uma de suas conclusões é justamente o viés frequentemente eurocêntrico da discussão e a incipiência do debate e das análises teóricas a esse respeito no Brasil e no que se convencionou chamar de Sul global.

Em “Repensando colaborativamente a cidade: o caso do PlanCHA”, Marcelo Tramontano aprofunda-se no estudo de um caso sul-americano recente, a saber, o desenvolvimento do plano diretor para o Centro Histórico de Assunção, PlanCHA, resultante de um concurso internacional realizado pelo governo paraguaio em 2014. Apoiando-se em um amplo conjunto de fontes e observações locais, a análise do plano vencedor, desenvolvido pelo escritório madrilenho Ecosistema Urbano, focaliza o emprego de metodologias e ferramentas, inclusive digitais, estratégias projetuais e territoriais, ações participativas e processos colaborativos e interativos, capazes de aproximar poderes públicos, população, universidade, especialistas e organizações do Terceiro Setor, de modo a fortalecer o protagonismo cidadão nas decisões urbanísticas. Analisando sua concepção, implementação e súbita interrupção em 2017, o artigo oferece, de certo modo, uma oportunidade de reflexão sobre processos coletivos de planejamento em um país

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n3p481>

sem tradição participativa em planejamento urbano nem grande notoriedade quanto ao emprego de tecnologias digitais nesse setor.

Examinando o caso de uma outra cidade latino-americana, a cidade do México, Alfredo Nava Sánchez, analisa, no artigo “Interacción, construcción del espacio social y sexualidad en el metro de la ciudad de México”, uma dimensão microsociológica da experiência urbana, qual seja, aquela resultante dos gestos, performances e interações corporais dos usuários do metrô na capital Mexicana, compreendidos como expressivos das formas de construção, uso e transformação do espaço social. Fruto de um denso trabalho de etnografia urbana da infraestrutura de transporte, o artigo sugere a necessidade de reflexão em torno de nexos de gênero e sexualidade para compreender as práticas de apropriação do espaço urbano na complexidade, ambiguidade e variabilidade das relações entre público e privado, individual e coletivo, masculino e feminino, moral e imoral, funcionalidade e prazer, que o caracterizam.

Já o artigo de Pier Francesco De Maria, “Pobreza e migração no Brasil metropolitano (1995-2015)”, debruça-se sobre um tema inevitável nos estudos urbanos no Brasil: as relações entre migração campocidade e pobreza urbana, isto é, entre os processos migratórios internos alavancados pela modernização nacional, a exacerbação das disparidades regionais e a disseminação da pobreza no espaço urbano. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE entre 1995 e 2005, o autor lança uma hipótese mais complexa do que as usuais no exame do período posterior a 1950, a saber, a de que a pobreza urbana, que vinha sendo reduzida no país – com maior ou menor intensidade – ao longo do período focalizado, observou variações importantes em seu ritmo conforme a condição de migrante ou retornado (de um estado a outro, por tempo desde a última migração), com diferenças igualmente expressivas entre regiões metropolitanas e não metropolitanas.

Um segundo conjunto de artigos aborda temas que foram objeto de pesquisas empíricas e reflexão teórica no decorrer dos anos 1970, como as questões da renda da terra, imobiliária e fundiária na produção das desigualdades urbanas. A retomada desses temas como pauta de pesquisa – não apenas no cenário nacional – aponta para novas e importantes dimensões, além da econômica, como a cultural e a política.

O artigo de Lucas Faulhaber e Hipólita Siqueira, “Grupos econômicos e acumulação urbana na cidade do Rio de Janeiro: Odebrecht e Carvalho Hosken”, propõe uma reflexão sobre distintas frações de capital e agentes econômicos e seus circuitos de acumulação no espaço urbano. Ele analisa as estratégias de dois grupos econômicos – Odebrecht e Carvalho Hosken – que foram fundamentais para a produção do espaço urbano do Rio de Janeiro. Com distintas trajetórias históricas, atuaram nos setores imobiliário e da construção civil e tiveram alto grau de influência no contexto de grandes transformações urbanísticas. São destacados aspectos de sua influência política, social, econômica, a partir das mudanças regulatórias e institucionais no Rio de Janeiro nas últimas décadas.

Com sólida base empírica, o artigo de Ana Luiza Nabuco, “Estrutura fundiária, construtoras, capital imobiliário e financeiro. Quem são os donos de Belo Horizonte?”, investiga o grau de concentração da propriedade da terra não edificada, em particular de propriedade do capital imobiliário, representado pelo conjunto das construtoras, incorporadoras, imobiliárias e sistema financeiro. Tem como hipótese uma possível correlação entre mercados oligopolizados e retenção especulativa da oferta local de terrenos. A pesquisa tem como estudo de caso a estrutura da propriedade da terra nua do Eixo Norte de Belo Horizonte, uma área que passou, nos últimos 15 anos, por enormes investimentos públicos e privados em Projetos de Renovação Urbana.

Em estudo sobre o mercado imobiliário no centro histórico de Recife, Luanancy Lima Primavera, Norma Lacerda e Priscila Vasconcelos identificaram uma considerável quantidade de imóveis alugados de propriedade da Santa Casa de Misericórdia do Recife, muitos deles em estado precário de conservação. Essa constatação estimulou as autoras a averiguar a atuação desta instituição. O artigo “A Santa Casa de Misericórdia do Recife entre a cruz e a espada: conservação dos seus bens patrimoniais como conciliação das lógicas beneficente e rentista” analisa a formação do patrimônio imobiliário da instituição – tributá-

ria de doações/heranças com vistas à salvação da alma. Expõe a dinâmica imobiliária no centro de Recife e identificam a lógica rentista de atuação da SCMR na passagem de relações interpessoais para relações impessoais. Na conclusão, discutem a potencialidade da relação entre rentabilidade e conservação dos bens patrimoniais, segundo a forma como vem acontecendo em outros centros históricos.

Em outra perspectiva analítica, o artigo “Políticas públicas de preservação do patrimônio histórico no Brasil. Três estudos de caso (1973-2016)”, de Fania Fridman, Ana Paula Silva de Araújo e André Barcelos Damasceno Daibert, focaliza a relação entre políticas públicas de preservação e território. A partir da leitura de três programas de preservação do patrimônio implementados pelo governo federal brasileiro entre 1973 e 2016 (o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, o Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano (Monumenta) e o Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas), os autores identificam as diferentes concepções presentes nos programas e respectivas estratégias adotadas pelas instituições responsáveis no interior do aparelho de Estado algumas vezes conflitantes com posições defendidas por parte de seu corpo de funcionários especializados.

O volume fecha com três resenhas de publicações recentes: a terceira edição do já clássico *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária do Rio de Janeiro*, de Fania Fridman; a coletânea *As políticas do urbano em São Paulo*, organizada por Eduardo Marques; e o livro *Urban morphology. An introduction to the study of the physical form of cities*”, de Vítor Oliveira.

José Tavares Correia de Lira
Editor Responsável RBEUR

Maria Cristina da Silva Leme
Editora Assistente RBEUR